

## PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE CONSERVAÇÃO E CARTOGRAFIA DOS SÍTIOS DE INTERESSE TURÍSTICO: O CASO DO MONTE MABU

### INTRODUÇÃO

Moçambique estabeleceu uma rede de áreas de conservação para proteger a sua rica biodiversidade. A rede atual cobre **26%** do território do país. No entanto, a criação e gestão das áreas de conservação tem sido historicamente feita de cima para baixo, excluindo muitas vezes as comunidades locais na tomada de decisões sobre delimitação das áreas de conservação e a prescrição de acções de gestão. Esta situação conduziu a conflitos de utilização das terras entre as comunidades locais e as autoridades de conservação e ao fracasso dos esforços de conservação. O êxito a longo prazo das iniciativas de conservação exige a **participação ativa** das comunidades locais, a fim de atenuar os conflitos, criar confiança, criar propriedade e apoiar as iniciativas.

O **Monte Mabu**, em Moçambique, está coberto por uma extensa floresta tropical antiga de importância global para a conservação da biodiversidade devido à sua elevada diversidade e endemismo de espécies de flora e fauna. Abrange aproximadamente 7.000 hectares e é considerada a maior floresta tropical de média altitude (800 - 1400 m) da África Austral. No entanto, não possui um estatuto de proteção formal e, nas encostas do Monte Mabu, a floresta tropical está ameaçada pela invasão de actividades humanas, como a agricultura de subsistência de corte e queima, a caça furtiva de carne de animais selvagens e os incêndios descontrolados das comunidades locais. Isto exige a necessidade de **acções de conservação** para evitar a expansão das ameaças antropogénicas.

Neste estudo de caso, documentamos a **participação das comunidades locais** na demarcação de uma área para proclamação como área de conservação para conservar a floresta tropical e os serviços ecossistémicos associados, sem afetar o acesso à terra e aos recursos naturais para a subsistência das comunidades locais que dependem da floresta. O estudo também relata a participação da comunidade no inventário e mapeamento de locais que podem ser utilizados como atrativos para o desenvolvimento do ecoturismo, principal atividade económica potencial para diversificar as fontes de renda das comunidades locais. Estas actividades fazem parte do projeto de apoio à conservação da biodiversidade e desenvolvimento comunitário no Monte Mabu implementado pelo consórcio **WWF-ReGeCom-RADEZA** de 2021 - 2025, como componente do programa **PROMOVE Biodiversidade**, financiado pela União Europeia.

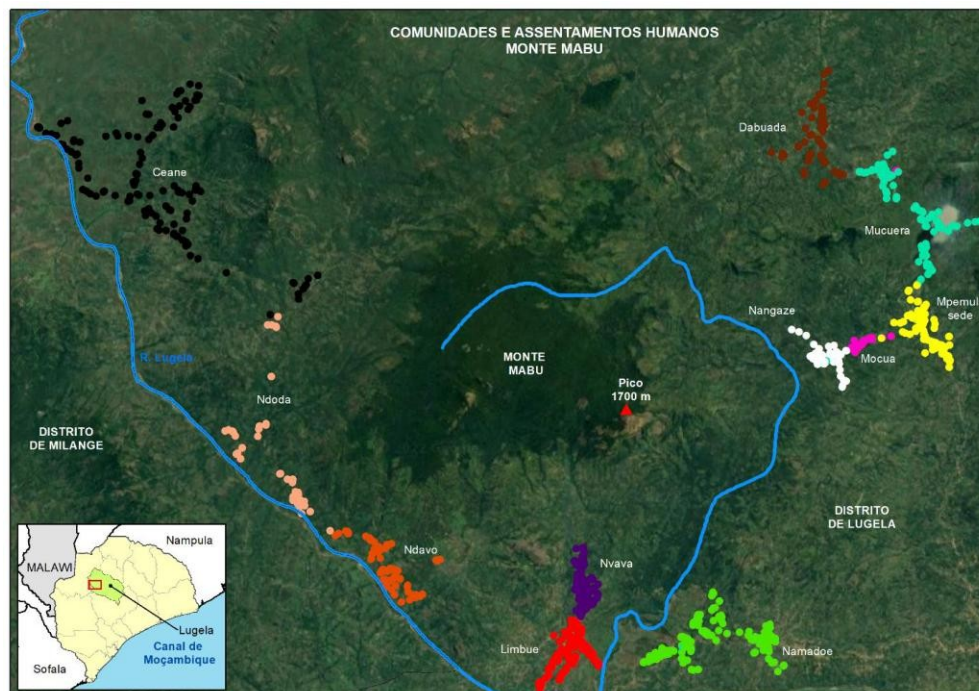
### ÁREA DE ESTUDO

O Monte Mabu está localizado nos Postos Administrativos de Tacuane e Muabanama, distrito de Lugela, província da Zambézia, no centro de Moçambique. O Monte está rodeado por **11 comunidades**, com uma população total de

## Avaliação intercalar do programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Estudo de caso 1

13 679 habitantes. Das 11 comunidades, apenas 4 têm uma fronteira direta com a área de conservação proposta.



*Figura 1: Localização das comunidades e povoações em redor do Monte Mabu*

## MÉTODOS

O consórcio WWF-ReGeCom-RADEZA introduziu uma **abordagem de governação comunitária** para criar uma apropriação comunitária das iniciativas de conservação e desenvolvimento de meios de subsistência e envolver a comunidade na tomada de decisões.

Delimitação comunitária da área de conservação: Em cada uma das 11 comunidades, foram selecionados dois facilitadores comunitários (uma mulher e um homem) que, juntamente com os líderes comunitários, foram formados e sensibilizados em matéria de conservação florestal. Este grupo de 22 facilitadores desempenhou um papel fundamental na divulgação dos benefícios ambientais e socioeconómicos da conservação e na sensibilização da comunidade para a prevenção e combate às ameaças à floresta tropical do Monte Mabu. Posteriormente, foram criados **comités comunitários de gestão dos recursos naturais (CGRN)** em todas as comunidades, cada um composto por 10 membros, num total de 110 membros do CGRN (40 mulheres e 70 homens). Os membros do CGRN foram formados e empenhados na sensibilização da comunidade para as ligações entre a conservação e o desenvolvimento comunitário. Através de facilitadores comunitários, membros do CGRN, líderes comunitários e autoridades governamentais locais e distritais, foram realizadas consultas comunitárias alargadas que atingiram cerca de **95% dos agregados familiares**

## Avaliação intercalar do programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Estudo de caso 1

A criação de uma área de conservação no Monte Mabu foi efectuada com o objetivo de obter a adesão da comunidade. Foi criada e formada uma associação, a **ConservaMabu**, composta por representantes dos 11 CGRN, para liderar a gestão das áreas de conservação após a sua proclamação formal.



*Figura 2: Reunião de consulta comunitária conduzida pelo Governo Distrital, líderes comunitários, facilitadores e membros da CGRN, para definir os limites e a categoria de gestão da área de conservação do Monte Mabu*

Para quatro comunidades adjacentes ao Monte Mabu (**Nvava, Nangaze, Ndoda e Ndavo**), foram elaborados mapas cartográficos e georreferenciados os limites de cada comunidade, com a participação plena de facilitadores comunitários, membros da CGRN e líderes comunitários. Cada comunidade propôs uma secção da sua terra para ser integrada na área de conservação e, através de caminhadas pela floresta, foram georreferenciados os limites da terra para conservação (Figura 3).



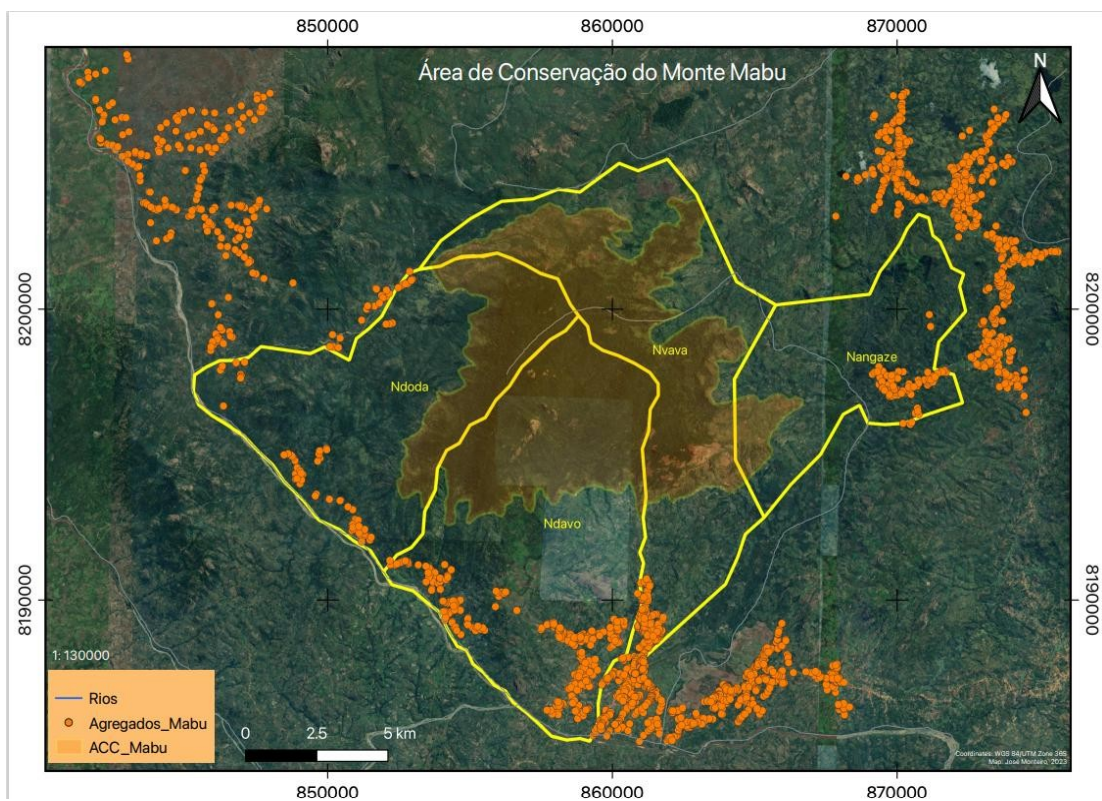
*Figura 3: Geo-referenciação dos limites da área de conservação pelos facilitadores comunitários e membros da CGRN*



Inventário participativo e mapeamento de locais de interesse turístico: Para a identificação de **iniciativas de meios de subsistência sustentáveis**, 22 facilitadores comunitários foram formados e receberam equipamento (tablets e telemóveis) e software para registar e mapear locais de interesse, como atracções turísticas ou para o desenvolvimento de outros negócios baseados na natureza, como a extração e o engarrafamento de água de nascente.

## RESULTADOS

Delimitação comunitária da área de conservação: Foram demarcados 9.300 ha de floresta tropical cobrindo terras de quatro comunidades (Nvava, Nangaze, Ndoda e Ndavo) (*Figura 4*). Os mapas de demarcação fazem parte da documentação submetida à **Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC)** para a designação formal da **Área de Conservação Comunitária do Monte Mabu (MMCA)**. A criação desta área de conservação aumentará a representação das florestas de Afromontana na atual rede de áreas de conservação de Moçambique. Com exceção de Chimanimani e Gorongosa, as florestas de Afromontane não estão atualmente sob o estatuto de proteção formal, mas estão mapeadas como **Áreas Chave de Biodiversidade (KBAs)**. A criação MMCA irá também melhorar a equidade na governação da gestão das áreas de conservação em Moçambique, ao aumentar o número de áreas geridas pelas comunidades locais.



*Figura 4: Limites das comunidades adjacentes (linha amarela) e área de conservação demarcada do Monte Mabu (área castanha)*

## Avaliação intercalar do programa PROMOVE Biodiversidade em Moçambique

### Estudo de caso 1

Inventário participativo e mapeamento de sítios de interesse turístico: Foram identificados e mapeados cerca de 250 locais de interesse turístico, cultural e socioeconómico, incluindo cascatas, nascentes de água, locais sagrados e zonas de biodiversidade únicas, utilizando uma abordagem orientada para a comunidade (*Figura 5*). Os resultados deste exercício serão utilizados para informar e planear a conceção de rotas de ecoturismo e o desenvolvimento de outras actividades de subsistência dependentes dos serviços ecossistémicos prestados pela floresta tropical do Monte Mabu, para reduzir a dependência da utilização extractiva dos recursos florestais.



*Figura 5: Quedas de água inventariadas e mapeadas com a participação ativa de facilitadores comunitários e da CGRN na comunidade de Ndavo e Nangaze*

## MELHORES PRÁTICAS

O Consórcio WWF-ReGeCom-RADEZA adotou práticas que criaram um ambiente propício à participação da comunidade na demarcação da AMCM e no mapeamento de locais de interesse turístico, incluindo as seguintes:

- **Abordagem participativa para a organização comunitária e formação em matéria de governação dos recursos naturais:** Promoveu a apropriação local das iniciativas de conservação e desenvolvimento de meios de subsistência, valorizou os conhecimentos tradicionais, reforçou a capacidade comunitária e devolveu o poder de decisão às comunidades locais para a proteção do ambiente e o desenvolvimento de meios de subsistência sustentáveis. A adesão e o apoio comunitários resultantes aumentam a eficácia e a eficiência dos esforços de conservação e a sustentabilidade dos resultados, porque os membros da comunidade compreendem o ambiente local e têm o incentivo e a vontade de explorar oportunidades de utilização do ambiente para desenvolver meios de subsistência, por exemplo, através de actividades de ecoturismo ao longo das rotas cartografadas. Ao criar confiança, esta abordagem reduz os conflitos entre a população local e as autoridades de conservação.

- **Inclusão social, incluindo a igualdade de género e o empoderamento das mulheres ao longo de todo o processo:** Esta abordagem permitiu o acesso equitativo às oportunidades de reforço das capacidades e às oportunidades de desenvolvimento baseadas na natureza a todos os segmentos sociais da comunidade, incluindo as mulheres, os jovens, os idosos e as pessoas com deficiência. A capacitação e a atribuição de responsabilidades de tomada de decisões às mulheres reduzem as vulnerabilidades socioeconómicas da comunidade, uma vez que as mulheres são as mais afectadas pela degradação ambiental e pelo esgotamento dos recursos naturais.

## DESAFIOS

A **demarcação participativa** da AMCM é um dos principais resultados de conservação do programa PROMOVE Biodiversidade. No entanto, vários factores atrasaram o progresso desta realização:

- **Longo tempo necessário para criar confiança e conseguir a adesão da comunidade e a participação genuína da comunidade na conservação da biodiversidade:** Pela sua natureza, o processo participativo para a conservação da biodiversidade é lento, particularmente em áreas onde a comunidade depende quase exclusivamente do uso extrativo dos recursos naturais para a sua subsistência. O terreno difícil, as estradas de acesso inadequadas, a longa distância entre as comunidades e os agregados familiares e as chuvas frequentes prolongaram o tempo necessário para concluir a criação e a capacitação das estruturas de governação comunitária e a demarcação da AMCM. Como consequência, embora a proposta tenha sido submetida, no final da duração inicialmente planeada do Programa PROMOVE Biodiversidade, a criação da AMCM não tinha sido aprovada pelo Governo. Isto sugere que o planeamento, a criação e o estabelecimento de capacidades comunitárias para a gestão das áreas de conservação podem exigir mais tempo do que a duração média de 3-5 anos dos projectos financiados pelos doadores.
- **Falta de fontes alternativas de subsistência e de rendimento à utilização dos recursos naturais:** Embora os membros da comunidade sejam proprietários e apoiem a conservação da floresta tropical, a falta de benefícios da conservação ou de qualquer outra fonte alternativa sustentável de subsistência pode reduzir a confiança e o apoio e as práticas de utilização dos recursos naturais que degradam o ambiente podem ser retomadas.
- **Fraca capacidade das organizações comunitárias para tomar decisões sobre a conservação e o desenvolvimento dos meios de subsistência:** Apesar dos progressos alcançados na organização e capacitação da comunidade para tomar decisões sobre a conservação e o desenvolvimento de meios de subsistência, devido ao baixo nível de alfabetização e à falta de exposição prévia a iniciativas de conservação, a capacidade permanece fraca. Isto requer um reforço contínuo das capacidades e apoio para gerir a AMCM e transmitir os conhecimentos às novas gerações.

## CONCLUSÃO

Através de uma **abordagem participativa da comunidade**, foram delimitados 9.300 ha de floresta tropical para proclamação como área de conservação e foram identificados e cartografados mais de 250 sítios de interesse turístico e sociocultural. Este estudo de caso sublinha a importância da integração dos conhecimentos **tradicionais** e **científicos** na delimitação, criação e gestão de áreas de conservação e no planeamento do desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade. Esta abordagem inovadora cria a base para a sustentabilidade dos resultados da conservação, reduzindo os conflitos de utilização da terra, aumentando a consciencialização para a importância da conservação, reforçando as capacidades e criando uma apropriação comunitária das iniciativas de conservação e de desenvolvimento dos meios de subsistência. Os resultados positivos alcançados através de mecanismos participativos devem ser reforçados pela criação de meios de subsistência através de actividades como o **ecoturismo**, a **agricultura sustentável**, a **apicultura**, a **utilização sustentável das nascentes de água** e outras oportunidades económicas, a fim de criar confiança e empenho que possam apoiar os objectivos de conservação.